



Ata Nº 18

Quadriénio 2017/2021

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no salão nobre do edifício sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

Após cumprimentar todos os presentes, o Presidente da Mesa informou que o microfone iria ser levado a cada interveniente pela funcionária da Junta, Natália Ferreira, que o segurará para que não haja contactos físicos entre os membros da assembleia.

O Presidente da Assembleia informou que o senhor Vítor Boiça foi substituído pela senhora Guiomar Marques.

De seguida, leu a carta que recebeu como resposta a uma Moção sobre a Aviação Civil em Monte Real do Gabinete do Primeiro-Ministro, acusando a receção da referida moção enviada a 22 de junho de 2018. (ANEXO I – Ata 18:30-04-2020).

Márcio Marques apresentou uma Proposta da Bancada do PSD para a Construção de um SKATE PARK no Complexo Desportivo de Monte Redondo, a qual segue em anexo a esta ata. (ANEXO II – Ata 18:30-04-2020).

Renato Silva saudou a iniciativa, questionando se existe uma base estatística para comprovar o crescente aumento da prática do desporto e se existe uma estimativa dos custos de uma obra desta natureza. Por outro lado, referiu que o terreno contíguo ao complexo desportivo do Motor Clube não é do Motor Clube.

Márcio Marques respondeu que, em termos dos custos, entre os 15 os 50 mil euros, já se consegue fazer uma coisa apetecível para os jovens. Quanto à base estatística, basta circular pelas ruas e vamo-nos apercebendo, especialmente na zona do Largo da Feira, onde existem jovens com alguma regularidade na prática deste tipo de atividade, e, possivelmente, se tivessem outro tipo de condições, seria mais crescente.

Dulcinda Silva referiu que, quanto à base estatística, porque são precisos dados concretos, poderia afirmar que, na Câmara Municipal de Leiria, existe um Parque e já existe entre os frequentadores do Parque uma petição para que haja outro, porque aquele já é parco para a cidade. Obviamente que se está a falar de uma aldeia a 20 km, mas existem crianças e tem de se incentivar, num contexto em que se fala de COVID, a haver mobilidade e desporto e, sendo difícil a promoção do desporto coletivo pelas circunstâncias atuais, não se podem ter as crianças paradas. Este é um desporto que pode ser perfeitamente feito de forma individualizada com afastamento. Pode iniciar-se com um orçamento baixo ou pequenas iniciativas, como tem acontecido em Leiria e noutras cidades. De conversas com as pessoas, com pais, considera que há um interesse maior neste tipo de desporto,



principalmente no período de Pandemia. Por outro lado, quando consultou empresas de venda de material associado a este tipo de desporto, bem como lojistas, estes dizem que estão a esgotar skates e trotinetes e que não têm para venda.

Vítor Tomé, após cumprimentar todos os presentes, referiu que este projeto poderia ter sido apresentado como uma Proposta para o Orçamento Participativo, uma vez que envolve muitos custos e é uma obra pública, tal como aconteceu com o Projeto de Requalificação do Cabeço. Considera que seria mais viável, até em termos financeiros.

Márcio Marques disse que os autarcas eleitos não podem concorrer ao Orçamento Participativo. De qualquer forma, realçou a questão do Colégio, sendo que devemos ter todos os argumentos para atrair crianças e jovens.

O senhor Presidente da Mesa disse que as Propostas para o Orçamento Participativo não podem ser apresentadas por cidadãos eleitos.

Renato Silva disse que o Orçamento Participativo que contemplou o Cabeço e que só à terceira tentativa se conseguiu ganhar. Uma boa parte do trabalho foi feito pelo senhor Renato Silva, embora tivesse sido apresentado por um cidadão individual.

Márcio Marques referiu que o foco é a Proposta em causa e não a outra.

A senhora Presidente do Executivo cumprimentou todos os presentes e disse que a proposta é bem-vinda, no entanto, o executivo já foi contactado por alguns estudantes do Colégio Dr. Luís Pereira da Costa e está a desenvolver um projeto de múltiplas atividades, nomeadamente a previsão de um parque junto ao Motor Clube, o qual prevê várias valências, estando o SkatePark incluído. O executivo já pediu alguns orçamentos e estes rondam os cinquenta ou setenta mil euros, dependendo do número de equipamentos que sejam colocados e do tipo de material que seja utilizado. O executivo está também a ver outras opções e outras possibilidades, mas neste momento o projeto de arquitetura que está a ser desenvolvido incluirá outro tipo de atividades como Pavel, entre outros. O objetivo era que o parque fosse contíguo ao Motor Clube, para a realização de atividades exequíveis pela própria Junta de Freguesia, até com as candidaturas que há aos apoios da Câmara Municipal. A proposta apresentada tem o seu louvor, argumentos válidos, para os quais o executivo já está a trabalhar.

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa colocou a ata n.º 17, de vinte e quatro de junho de 2020, a votação, tendo sido realizada uma alteração na página 4, após a qual a ata foi aprovada por unanimidade.

De seguida, passou-se aos assuntos antes da ordem do dia.

Dulcinda Silva pediu para que o executivo informasse qual é o ponto de situação do Parque Empresarial de Monte Redondo, bem como, ainda que sendo investimento privado, qual é o acompanhamento que está a ser dado ao processo de instalação do Pingo Doce em Monte Redondo, o



qual foi anunciado há três anos pelo presente executivo. Apesar de saber que é iniciativa privada, é do interesse de todos que se instale cá qualquer atividade. Os membros do PSD foram abordados no sentido de serem esclarecidos acerca dos custos associados à construção e manutenção do Parque da Aroeira. Os membros do PSD explicaram às pessoas que os abordaram que este assunto é da esfera do executivo, mas iriam pedir ao executivo que esclarecesse os fregueses, uma vez que esta era uma dúvida que permanecia. Também lhes pediram que fizessem um pedido de esclarecimento junto do executivo, no local próprio, em que eles poderiam ouvir e constar: qual seria o custo de execução dos muros de suporte de terras na Rua das Flores, no Casal Novo, uma construção que foi feita há relativamente pouco tempo; qual a situação da estrada das Cavadas, em Porto Longo, que apresenta um desnível, devido ao suporte de terras que desceu e se será intervencionada, sendo responsabilidade da Câmara e, apesar da situação do COVID, está a fazer um ano e tudo continua igual. É uma estrada que continua com reduzida visibilidade nesse local e acarreta perigos para quem transita nessa rua.

Márcio Marques questionou se existe alguma estimativa dos custos da iluminação do Largo da Feira. Perguntou quais os motivos da mudança da paragem do autocarro na localidade de Aroeira, em frente ao lavadouro, uma vez que esta avançou para junto da estrada, ficando sobre o espaço onde seria providente haver um passeio. Acresce o facto de diminuir um pouco a visibilidade dos veículos que queiram entrar na 109-9, potenciando riscos desnecessários. No local, não estão definidas de forma clara as serventias e os proprietários. Também na Rua Central em Porto Longo, no início da rua existe um pinheiro manso que secou junto à via pública e que está em risco de cair. Pretende saber quais são as diligências tomadas pelo executivo de forma a que, neste inverno, não haja nenhum azar e possa haver prejuízos materiais nos confinantes ou até mortos pela queda da árvore.

Renato Silva comentou a Comunicação que o Departamento da Vereação do PSD de Leiria fez, tendo registado alguns aspetos curiosos, como o facto de considerarem que o Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes, é um «herdeiro esbanjador» (recordando a herança de outros tempos esbanjadores que nós tivemos não só na Câmara Municipal, como na Junta de Freguesia), sendo acusado de fazer obras eleitorais. Renato Silva ressalva que prefere obras para fins eleitorais do que alguma política que se vê que não passa do papel. No fim da leitura do texto, tirou uma conclusão curiosa: afinal o Raúl Castro até era um bom presidente. Aquilo que se consegue perceber da leitura do texto é que é referido que Raúl Castro tinha alguns projetos que foram deitados abaixo pelo atual presidente, Gonçalo Lopes, e os anteriores projetos que eram válidos para o Raúl Castro afinal até eram bons.

Outra questão que quis frisar é a proximidade do executivo com os fregueses, tendo ouvido bons comentários de outros fregueses de outras freguesias, que dizem que, efetivamente, é a postura que um executivo deve ter e, neste contexto de Pandemia, faz-se o que é possível, mas o executivo tem demonstrado uma proximidade com o povo e uma comunicação, dando o exemplo perfeito do



que deve ser uma página de Facebook, que é prestar serviço público e informar a população. Daí eu agradecer em seu nome e das pessoas que lhe têm transmitido essa informação.

Márcio Marques solicitou que se anexasse à ata a Comunicação, uma vez que o colega Renato está a fazer uma observação sobre o documento. Quem possa ler a ata no futuro poderá assim ter uma noção do que se está a falar (ANEXO III – Ata 18:30-04-2020).

Em relação aos anexos e às moções, seria importante que, quando se publicam as atas no sítio da Junta de Freguesia, o mesmo ficheiro da ata tivesse os anexos e a ata deve mencionar quais os anexos que lhe correspondem. Apesar de já ter sido solicitado, tal ainda se verificou.

Céline Gaspar explicou que, em relação ao Parque Industrial, em julho, esteve a discussão pública, a audiência de interessados lançada pela DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais), considerando o despacho do senhor Secretário de Estado relativamente ao interesse público. Dessa audiência de interessados, saíram algumas reclamações que chegaram à Câmara Municipal em finais de agosto. O executivo esteve numa reunião a discutir com a Câmara Municipal a questão das reclamações, as quais demonstram a intencionalidade de continuar a protelar a resolução do problema, nomeadamente e em concreto, uma das pessoas que já havia sido notificada pessoalmente, através de carta registada, nunca havia respondido, surge em audiência de interessados, dizendo ser herdeira e estar disponível para receber as comunicações. Perante essa situação, o executivo fez uma avaliação ao assunto e verificou que a pessoa já nem sequer era dona do terreno. Além de, falsamente, ter comunicado à DGAL que era proprietária, o terreno já havia sido escriturado em dezembro de 2019 ao senhor Manuel Pedrosa. Isto demonstra que há muita areia na engrenagem com o objetivo nítido de se atrasar o processo.

Das respostas da Câmara Municipal, a maioria das reclamações eram sobretudo acerca da área e a família Pedrosa disse que houve um acordo de metros por metros e esse acordo nunca foi assinado. Houve uma altura em que isso foi proposto, mas nunca foi assinado, porque a família assim o entendeu, criando sempre obstáculos. Quanto aos outros proprietários, havia pequenas diferenças de área. A Câmara Municipal tinha dez dias para dar uma resposta, mas, considerando esta alteração, nomeadamente, de mudança de proprietário, tem que voltar a fazer notificação e solicitou uma prorrogação do prazo de trinta dias. O prazo está a terminar, falta só da parte da Câmara Municipal, obter a nova avaliação oficial dessas parcelas com essa quantidade de metros, para ficar finalizado o processo e para remeter novamente à DGAL, para responder aos esclarecimentos. A partir daí não se sabe se a DGAL poderá optar por voltar a fazer audiência de interessados, ou se decreta interesse público para avançar com a expropriação, sendo este o ponto de situação atual. Nitidamente, continua a assistir-se à dificuldade de se terminar com o processo, havendo este tipo de atitude de haver escrituras e vendas já com o período a decorrer. Naturalmente, depois da audiência de interessados e tudo o que aconteça depois não terá a mesma validade, no então, em dezembro de 2019, a DGAL e o Senhor Secretário de Estado ainda não tinham emitido, portanto essa situação não será possível de



rebatem, tendo de ser notificado o verdadeiro e atual proprietário. Entretanto, desde que saiu essa audiência de interessados, os projetos já estão em andamento, já há a possibilidade de a Câmara assumir a situação, para que, no fim disto, se possa lançar o concurso.

Relativamente à questão do investimento e da superfície comercial, Céline Gaspar disse que não afirmou que era o Pingo Doce. O executivo tem acompanhado o processo, houve várias questões com as Infraestruturas de Portugal e a informação de que o executivo dispõe é que a aprovação da arquitetura da parte da Câmara Municipal estará para breve, o processo está em andamento, tendo havido uma reunião com o investidor na semana anterior, tendo manifestado toda a disponibilidade para colaborar, apesar de investimento privado, mas concorda que é algo importante para a freguesia e o executivo esteve sempre disponível para colaborar.

Relativamente ao investimento no Parque da Aroeira, não tendo presentes os documentos com os valores exatos, foi de cerca de 18 mil euros, incluindo os tanques e o valor da manutenção mensal do jardim é 125 euros + IVA; no que diz respeito à rega, com a utilização de um gerador, a senhora Presidente do Executivo não tem consigo os valores exatos.

Relativamente aos muros de suporte de terra no Casal Novo, foi um acordo com o empreiteiro que fez a pavimentação do arruamento, o qual prevaricou relativamente à questão da entrada nos terrenos, e por contrapartida do trabalho, a Junta participou com alguns materiais, não sabendo precisar quais os materiais e a mão-de-obra foi o empreiteiro que acordou.

Quanto à Estrada das Cavadas, concorda com o que foi afirmado, o COVID não pode ser desculpa para tudo, mas este procedimento demorou algum tempo e a informação dada pela Câmara Municipal e pelo próprio empreiteiro, a quem foi adjudicada a obra, a empresa Azinheiro, é que o início da obra está previsto para 6 de outubro.

Relativamente à iluminação do Largo da Feira, poderá dar a informação precisa, mas ronda os setenta a cem euros por mês, incluindo o cemitério.

No que concerne à paragem do autocarro, ela foi mudada de lugar, porque houve algumas reclamações da população, não só devido às condições da outra paragem, mas também por não estar muito próximo da estrada e as crianças também tinham que andar um bocado até chegar ao autocarro e molhavam-se. Relativamente à visibilidade, o executivo não tem a perceção do senhor Márcio Marques, mas irá verificar melhor essa questão.

Relativamente às serventias, não percebeu a questão.

No que diz respeito à Rua Central, deve haver algum equívoco, pois não é Rua Central, mas Rua do Moinho. A Proteção Civil tem a informação de que o Pinheiro Manso secou e é perigoso. Quando se iniciou o alcatroamento da rua, o executivo solicitou o corte da árvore, e o executivo está a aguardar se se pode proceder ao corte, tendo em conta que há uma pessoa que diz ser proprietária. O processo está a ser acompanhado pelas entidades competentes.



Márcio Marques explicou que, relativamente às serventias, há uns anos, houve alguém que colocou uns lancis muito em cima da estrada, acabaram por ser removidos, pelo menos uma parte, e não está claro por onde é o acesso para a parte de trás do açude. Considera que, uma vez que se investiu algum dinheiro, seria relativamente simples clarificar essa questão.

A Presidente do Executivo disse que o executivo tem a intenção de intervir nessa zona, mas teve a informação da parte de quem confina que toda a área do passeio até ao Lavadouro é pública. A obra foi embargada, porque não estava a respeitar. O executivo vai proceder ao arranjo.

Márcio Marques sugeriu que se arrancassem os lancis e ficasse tudo ao nível da estrada, até para facilitar algumas manobras e, muitas vezes, até a paragem, uma vez que o parque que foi feito junto à 109 não tem muito espaço e, se alguém para, acaba por sair para a estrada e ali seria uma zona mais resguardada para as pessoas pararem.

Renato Silva disse que sobre a questão da exploração de gás na Bajouca, é do conhecimento público que a Australis desistiu, embora permaneçam proprietários do terreno. É de saudar o facto de eles terem desistido.

Márcio Marques perguntou se o executivo tem alguma comunicação escrita por parte da Direção Geral de Energia que diga efetivamente que eles desistiram. Seria importante ter esse tipo de documento, para que a notícia não fique só pela comunicação social e por parecer que é e na realidade acabr por não ser.

Céline Gaspar disse que podia solicitar o documento, mas como não somos a freguesia visada, é natural não o termos recebido, ao contrário do que terá sucedido com a freguesia da Bajouca.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu início à ordem de trabalhos:

No que concerne ao **Ponto 1 - Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e situação financeira - Apreciação nos termos da alínea e) do nr. 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei 50/2018, de 16 de agosto**, Dulcinda Silva referiu que já tinha solicitado que se indicassem as obras que foram executadas, nomeadamente as reparações nas ruas e arruamentos, porque facilitaria algumas das perguntas que chegamos a colocar nos assuntos antes da ordem do dia, sendo apenas uma sugestão e uma recomendação se o executivo entender fazê-lo.

O ponto foi apreciado.

Relativamente ao **Ponto 2 - Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea g) do nr. 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei 50/2018, de 16 de agosto**, a Presidente do Executivo disse que qualquer alteração aos contratos interadministrativos tem de ser presente à assembleia de freguesia e à assembleia municipal. Esta alteração advém de uma alteração ao contrato que foi feito em dezembro e, devido ao COVID, os valores que estão ligados a este contrato foram alterados, considerando o aumento do valor/hora das colaboradoras e do



aumento do rácio que permite um maior número de recursos, apesar de, mesmo assim, ainda ser escasso.

O ponto foi aprovado com oito votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Veríssimo, Vítor Tomé, Márcio Marques e Guiomar Marques e uma abstenção de Dulcinda Silva.

Dando cumprimento ao **Ponto 3 - Revogação da Doação do prédio rústico registado com o artigo matricial 7368 da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira ao Município de Leiria - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea e) do nr. 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei no 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei 50/2018, de 16 de agosto**, a Presidente do Executivo referiu que na deliberação do executivo, na alínea b), está a data de 30 de novembro e faltava o ano de 2017. Na altura, a Câmara Municipal publicitou que pretendia regularizar a questão das casas sociais e solicitou que a Junta de Freguesia regularizasse essa situação, com a respetiva doação. Não houve abertura, na altura, para outra coisa. Entretanto, por vários motivos, não se realizou a escritura dessa doação. Foi aceite na Assembleia e na Câmara Municipal, no entanto, surgiu agora a oportunidade de não ser feita doação e ser feita a venda, o que parece mais que justo, sendo reconhecida essa justiça por parte do atual senhor Presidente da Câmara. Tendo isso em consideração, bem como o reconhecimento do aumento da despesa não prevista devido a situações associadas ao COVID, e a vontade de construção desse parque multifacetado junto ao Complexo Desportivo D. Marquinhas, chegou-se a um consenso relativamente a esta venda, sendo que o valor apresentado na revisão, é uma estimativa, que ainda está em negociação. Para aproveitar a Assembleia de Freguesia, para que não se tivesse de realizar uma Assembleia Extraordinária, avança-se com os dados da estimativa.

Dulcinda Silva referiu que, tendo uma postura colaborativa na tomada de decisões que viabilizem e reforcem a estabilidade do presente executivo, para a boa gestão autárquica, não pode deixar de observar que esta doação prevista em 99, como nos foi apresentado, aquando do programa de construção das habitações sociais, foi apresentada na assembleia em novembro de 2017 para regularizar a situação conforme foi explicado e está em ata. Nessa altura, mereceu a sugestão do grupo da bancada do PSD, quando o senhor Márcio Marques perguntou se não podia haver um diálogo com a Câmara Municipal, no sentido de conseguir mais contrapartidas para a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, não há nada nem nenhuma observação dessa altura que diga o contrário. No entanto, hoje é apresentada uma proposta de revogação da presente doação, que não informa o motivo. Reforçou que não foi precisado o motivo pelo qual três anos depois não se executou a deliberação desta assembleia. O presente executivo igualmente liderado por Céline Gaspar não se apercebeu que, em 2017, poderia haver uma mais-valia agora avaliada, estimada, de setenta mil euros para a freguesia, valor que, acredita, há três anos não seria muito díspar disto. Ainda assim, congratula-se de haver o reconhecimento do Presidente da Câmara Municipal de Leiria das



dificuldades e da justiça quanto à aquisição por parte do Município de Leiria da respetiva parcela de terreno, o que permite um reforço significativo das receitas inscritas no orçamento.

Céline Gaspar referiu que se recorda perfeitamente do que Márcio Marques disse na altura, tendo referenciado a questão da possibilidade de solicitar um terreno da Câmara. Isso está escrito em ata. Na altura, a senhora Presidente do executivo referiu que o Presidente da Câmara não estava disponível para essa negociação. A formalização da escritura da doação não existiu, por constrangimentos administrativos até da própria Câmara Municipal. Neste momento, havendo abertura da parte do atual Presidente para este tipo de situação, o executivo aproveitou a oportunidade. Este é um período difícil para todos e todas as ajudas são bem-vindas e o senhor Presidente considerou justa a nossa proposta.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Em relação ao **Ponto 4 - II Revisão ao Orçamento (Despesa e Receita) e II Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2020 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nr. 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei 50/2018, de 16 de agosto**, o ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Ana Carla Gomes, Isabel Veríssimo, Renato Silva, Vítor Tomé e três abstenções dos membros Márcio Marques e Guiomar Marques e Dulcinda Silva.

Passando à intervenção do público, o senhor Manuel Oliveira saudou todos os presentes e referiu que o assunto do Parque Industrial já se arrasta, infelizmente, há muito tempo. O senhor Manuel era membro da assembleia quando tudo começou. Criaram-se entraves desde o início, que ainda hoje persistem. É um assunto que já fez correr muita tinta, fez perder muito tempo, mas o pior de tudo é que fez perder as melhores oportunidades. Por interesse de muitos, a freguesia tem estado a perder e perde cada vez mais, porque as melhores oportunidades já não voltam. Dói-lhe um bocadinho esta situação, porque é monterredondense e sempre gostou de trabalhar para o enriquecimento da nossa terra. Infelizmente, nesta mesma terra, enquanto houver santos de barro, nada há a fazer. Para as pessoas que não dizem a verdade, cita uns versos de António Aleixo: «A relva do meu jardim,/ É tenrinha e torce o pé/assim torcer a língua/a quem diz o que não é.»

De seguida, foi elaborada uma minuta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão, às 22h20m, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)



A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)